

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02241-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	3 - CNPJ 10.841.050/0001-55
4 - NIRE 35.300.368.657		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA AYRTON SENNA, S/N - KM 32		2 - BAIRRO OU DISTRITO RIO ABAIXO	
3 - CEP 08578-010	4 - MUNICÍPIO ITAQUAQUECETUBA		5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 4646-3461	8 - TELEFONE 4646-0000	9 - TELEFONE 4359-6005
10 - TELEX 0000000			
11 - DDD 11	12 - FAX 0000-0000	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000
15 - E-MAIL ecopistas@ecopistas.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME FLAVIO VIANA DE FREITAS			
2 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA AYRTON SENNA, S/N - KM 32		3 - BAIRRO OU DISTRITO ITAQUAQUECETUBA	
4 - CEP 08578-010	5 - MUNICÍPIO ITAQUAQUECETUBA		6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 4646-3461	9 - TELEFONE 4646-0000	10 - TELEFONE 4359-6005
11 - TELEX 0000000			
12 - DDD 11	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000
16 - E-MAIL flavio.freitas@ecopistas.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	3	01/07/2010	30/09/2010	4	01/10/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO ISMAR DE MOURA					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 051.550.278-29		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02241-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	3 - CNPJ 10.841.050/0001-55
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	191.725	139.725	85.946
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	191.725	139.725	85.946
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1140 - Serviços Transporte e Logística
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL CONCESSÃO E EXPLORAÇÃO DE RODOVIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INICIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02241-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	3 - CNPJ 10.841.050/0001-55
---------------------------	---	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	31/05/2010	105.725	19.779	Subscrição Particular em Dinheiro	19.779	1,0000000000
02	11/06/2010	139.725	34.000	Subscrição Particular em Dinheiro	34.000	1,0000000000
03	29/07/2010	164.224	24.500	Subscrição Particular em Dinheiro	24.500	1,0000000000
04	31/08/2010	191.725	27.500	Subscrição Particular em Dinheiro	27.500	1,0000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 16/11/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02241-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	3 - CNPJ 10.841.050/0001-55
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	699.014	701.538
1.01	Ativo Circulante	14.016	92.496
1.01.01	Disponibilidades	3.487	80.667
1.01.01.01	Caixa e equivalentes caixa	3.487	80.667
1.01.02	Créditos	8.085	7.482
1.01.02.01	Clientes	7.872	6.678
1.01.02.02	Créditos Diversos	213	804
1.01.02.02.01	Impostos a recuperar	213	804
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	2.444	4.347
1.01.04.01	Despesas antecipadas	2.030	3.036
1.01.04.02	Outros créditos	414	1.311
1.02	Ativo Não Circulante	684.998	609.042
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.074	2.936
1.02.01.01	Créditos Diversos	5.686	2.936
1.02.01.01.01	Imposto de renda e contr soc diferidos	5.686	2.936
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	388	0
1.02.02	Ativo Permanente	678.924	606.106
1.02.02.01	Investimentos	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	15.516	11.991
1.02.02.03	Intangível	663.408	594.115
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02241-1	CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	10.841.050/0001-55

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	699.014	701.538
2.01	Passivo Circulante	466.130	670.570
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	361.382	351.756
2.01.01.01	Empréstimos e financiamentos	361.382	351.756
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	5.663	6.038
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	1.629	1.573
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	5.309	0
2.01.06.01	Provisão imp de renda e contrib social	751	0
2.01.06.02	Provisão para construção de obra futura	4.558	0
2.01.06.03	Provisão para manutenção	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	708	265
2.01.07.01	Empresas relacionadas	708	265
2.01.08	Outros	91.439	310.938
2.01.08.01	Obrigações sociais	1.854	857
2.01.08.02	Outras contas a pagar	2.216	1.582
2.01.08.03	Credor pela concessão	87.369	308.499
2.02	Passivo Não Circulante	38.648	12.720
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	38.648	12.720
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	9.174	11.064
2.02.01.03.01	Prov p/perdas tributárias, civeis e trab	14	0
2.02.01.03.02	Provisão para manutenção	2.591	766
2.02.01.03.03	Provisão par construção de obras futuras	6.569	10.298
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	25.000	0
2.02.01.06	Outros	4.474	1.656
2.02.01.06.01	Credor pela concessão	0	0
2.02.01.06.02	Impo renda e contrib social diferidos	4.474	1.656
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	194.236	18.248
2.05.01	Capital Social Realizado	191.725	20.725
2.05.01.01	Subscrito	191.725	85.946
2.05.01.02	A integralizar	0	(65.221)
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02241-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	3 - CNPJ 10.841.050/0001-55
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -31/12/2009
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.511	(2.477)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02241-1	CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	10.841.050/0001-55

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	57.528	203.084	33.990	37.492
3.01.01	Receita com arrecadação de pedágio	42.749	119.007	28.923	32.387
3.01.02	Receita acessórias	1.872	7.154	735	766
3.01.03	Receita com construção	12.907	76.923	4.332	4.339
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3.847)	(10.868)	(2.548)	(2.850)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	53.681	192.216	31.442	34.642
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(28.655)	(123.536)	(15.650)	(16.657)
3.05	Resultado Bruto	25.026	68.680	15.792	17.985
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(18.660)	(61.122)	(21.872)	(24.301)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(4.179)	(13.586)	(6.238)	(6.716)
3.06.03	Financeiras	(14.257)	(47.317)	(15.634)	(17.585)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	154	1.187	1.540	1.707
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(14.411)	(48.504)	(17.174)	(19.292)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	5	0	0
3.06.04.01	Outras receitas, líquidas	0	5	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(224)	(224)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	6.366	7.558	(6.080)	(6.316)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	6.366	7.558	(6.080)	(6.316)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(232)	(1.034)	(320)	7
3.11	IR Diferido	(1.799)	(1.536)	2.363	2.129
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02241-1	CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	10.841.050/0001-55

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	4.335	4.988	(4.037)	(4.180)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	191.725	191.725	85.946	85.946
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,02261	0,02602		
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,04697)	(0,04864)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02241-1	CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	10.841.050/0001-55

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	36.380	51.903	4.184	4.624
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.406	70.484	12.987	14.360
4.01.01.01	Lucro/(prejuízo) antes IR e CS	6.366	7.558	(6.080)	(6.316)
4.01.01.02	Depreciação e amortização	4.143	11.686	2.196	1.968
4.01.01.03	Enc financ e var monet s/financiamento	11.539	30.868	7.259	8.383
4.01.01.04	Varição monet s/ direito de outorga	2.460	16.334	8.856	9.317
4.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	0	1.372	0	0
4.01.01.06	Const/atualiz monet prov contingência	14	14	0	0
4.01.01.07	Constituição da provisão para manutenção	587	1.761	328	437
4.01.01.08	Ajuste VP - Prov manut/obras futuras	297	891	428	571
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.974	(18.581)	(8.803)	(9.736)
4.01.02.01	Clientes	(634)	(1.194)	(3.445)	(4.982)
4.01.02.02	Impostos a recuperar	591	591	(341)	(341)
4.01.02.03	Despesas antecipadas	(1.702)	618	(2.544)	(3.506)
4.01.02.04	Outros créditos	194	897	(299)	(299)
4.01.02.05	Empresas relacionadas	2.844	0	278	0
4.01.02.06	Fornecedores	2.158	(540)	1.897	2.808
4.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	192	56	794	1.108
4.01.02.08	Obrigações sociais	154	997	495	903
4.01.02.09	Empresas relacionadas	165	608	(152)	(60)
4.01.02.10	Impostos diferidos	0	0	0	0
4.01.02.11	Juros pagos	27.093	(283)	7	7
4.01.02.12	Imposto de renda e contr social pagos	631	635	266	266
4.01.02.13	Outras contas a pagar	(20.712)	(20.966)	(5.759)	(5.640)
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(16.246)	(85.876)	(92.173)	(211.094)
4.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	(16.246)	(85.876)	(92.173)	(211.094)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02241-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	3 - CNPJ 10.841.050/0001-55
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2010 a 30/09/2010	4 -01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/07/2009 a 30/09/2009	7 - 01/07/2009 a 30/09/2009
4.02.02	Aquisição de intangível	0	0	0	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(19.785)	(43.207)	0	217.060	
4.03.01	Captação de notas promissórias	0	348.257	0	278.687	
4.03.02	Integralização de capital	52.000	171.000	0	20.725	
4.03.03	Credor pela concessão	(95.042)	(237.464)	0	(82.352)	
4.03.04	Adiant para futuro aumento de capital	25.000	25.000	0	0	
4.03.05	Pagamento de notas promissórias	(1.743)	(350.000)	0	0	
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0	
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	349	(77.180)	(87.989)	10.590	
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.138	80.667	98.579	0	
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.487	3.487	10.590	10.590	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02241-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	3 - CNPJ 10.841.050/0001-55
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	139.725	0	0	0	(1.824)	0	137.901
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	139.725	0	0	0	(1.824)	0	137.901
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	4.335	0	4.335
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	52.000	0	0	0	0	0	52.000
5.08.01	Subscrição do capital social	52.000	0	0	0	0	0	52.000
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	191.725	0	0	0	2.511	0	194.236

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02241-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	3 - CNPJ 10.841.050/0001-55
---------------------------	---	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	20.725	0	0	0	(2.477)	0	18.248
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	20.725	0	0	0	(2.477)	0	18.248
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	4.988	0	4.988
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	171.000	0	0	0	0	0	171.000
5.08.01	Subscrição do capital social	171.000	0	0	0	0	0	171.000
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	191.725	0	0	0	2.511	0	194.236

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As informações trimestrais da Companhia compreendem:

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas informações trimestrais são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”). Na elaboração das informações trimestrais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 4.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As informações trimestrais são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Instrumentos financeiros ativos

Podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado.

a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Aplicações financeiras

- Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

- Aplicações financeiras mantidas para negociação

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido da depreciação e por perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo

custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.7. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

2.8. Passivos financeiros

- Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e notas promissórias. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9. Notas promissórias

Reconhecidas inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados (vide nota explicativa nº 13).

2.10. Tributação

a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Em virtude da aplicação do Regime Tributário de Transição, não existem efeitos registrados nos impostos correntes.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

a) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme a base histórica de perda.

2.12. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.13. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.14. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e notas promissórias, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos

e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as informações trimestrais, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações trimestrais, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 18).

2.16. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações trimestrais e como informação suplementar às informações trimestrais, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

Essa demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.17. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas que emendam as normas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 30 de setembro de 2010, sendo essas:

- a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.
- b) Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros.
- c) Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda

estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Modificação à IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da “IAS 12 - Income Taxes” denominada “Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets”. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo de se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo por meio do uso ou da venda.

- d) Modificação à IFRS 1 sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação à “IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards (IFRSs)”, que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia e de suas controladas entende que a aplicação de certos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas informações trimestrais nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas das IFRSs e as normas do CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à

probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação técnica de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no contrato de concessão. As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritas na nota explicativa nº 27.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo intangível com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar norte-americano, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e

temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza mais de 50 modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas: a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, e empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste ao valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para obras futuras decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimativa para todo o período de concessão), descontados através da aplicação da taxa de desconto, que varia entre

9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período.

- b) Credores da concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 17.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das informações trimestrais, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

4. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Na preparação das suas informações trimestrais, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 31 de dezembro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

As conciliações para as práticas contábeis anteriores estão demonstradas como segue:

Balancos patrimoniais

	Em 30/09/2010 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
ATIVO	BR GAAP Anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP Reapresentado
<u>Contas</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3.487	-	3.487
Clientes	7.872	-	7.872
Impostos a recuperar	213	-	213
Despesas antecipadas	2.030	-	2.030
Outros créditos	<u>414</u>	<u>-</u>	<u>414</u>
Total do ativo circulante	<u>14.016</u>	<u>-</u>	<u>14.016</u>
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.990	696	5.686
Outros (Despesas antecipadas)	388	-	388
Imobilizado	109.289	(93.773)	15.516
Intangível	<u>545.880</u>	<u>117.528</u>	<u>663.408</u>
Total do ativo não circulante	<u>660.547</u>	<u>24.451</u>	<u>684.998</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>674.563</u>	<u>24.451</u>	<u>699.014</u>

PASSIVO

<u>Contas</u>	<u>BR GAAP Anterior</u>	<u>Efeito da adoção dos novos CPCs</u>	<u>BR GAAP Reapresentado</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	361.382	-	361.382
Fornecedores	5.663	-	5.663
Impostos, taxas e contribuições	1.629	-	1.629
Empresas relacionadas	708	-	708
Provisão de imposto de renda e contribuição social	751	-	751
Obrigações sociais	1.854	-	1.854
Provisão para construção de obras futuras	-	4.558	4.558
Credor pela concessão	87.369	-	87.369
Outras contas a pagar	<u>2.216</u>	-	<u>2.216</u>
Total do passivo circulante	<u>461.572</u>	<u>4.558</u>	<u>466.130</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para manutenção	-	2.591	2.591
Provisão para construção de obras futuras	-	6.569	6.569
Provisão para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas	14	-	14
Imposto de renda e contribuição social diferidos	366	4.108	4.474
Adiantamento para futuro aumento de capital	<u>25.000</u>	-	<u>25.000</u>
Total do passivo não circulante	<u>25.380</u>	<u>13.268</u>	<u>38.648</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social:			
Integralizado	191.725	-	191.725
Lucros/Prejuízos acumulados	<u>(4.114)</u>	<u>6.625</u>	<u>2.511</u>
Total do patrimônio líquido	<u>187.611</u>	<u>6.625</u>	<u>194.236</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	<u>674.563</u>	<u>24.451</u>	<u>699.014</u>

Patrimônio líquido

	<u>Em 31/06/2010 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)</u>
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	187.611
Contabilização dos contratos de concessão	6.625
Total dos ajustes no patrimônio líquido	<u>6.625</u>
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP Reapresentado	<u>194.236</u>

<u>Demonstração do resultado</u>	<u>Em 30/09/2010 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)</u>			<u>Em 30/09/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)</u>		
	<u>BR GAAP Anterior</u>	<u>Efeito da adoção dos novos CPCs</u>	<u>BR GAAP Reapresentado</u>	<u>BR GAAP Anterior</u>	<u>Efeito da adoção dos novos CPCs</u>	<u>BR GAAP Reapresentado</u>
<u>Contas</u>						
LUCRO BRUTO	61.548	7.132	68.680	14.609	3.376	17.985
Despesas gerais e administrativas	(13.586)	-	(13.586)	(6.716)	-	(6.716)
Outras receitas, líquidas	5	-	5	-	-	-
Outras despesas, líquidas	<u>(224)</u>	<u>-</u>	<u>(224)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	47.743	7.132	54.875	7.893	3.376	11.269
Resultado financeiro	<u>(46.426)</u>	<u>(891)</u>	<u>(47.317)</u>	<u>(17.014)</u>	<u>(571)</u>	<u>(17.585)</u>
Imposto de renda e contribuição social	(448)	(2.122)	(2.570)	3.089	(953)	2.136
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	<u>869</u>	<u>4.119</u>	<u>4.988</u>	<u>(6.032)</u>	<u>1.852</u>	<u>(4.180)</u>

	Em 30/09/2010 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		Em 30/09/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)	
	Resultado antes dos impostos	Resultado do exercício	Resultado antes dos impostos	Resultado do exercício
De acordo com as práticas contábeis anteriores	1.317	869	(9.121)	(6.032)
Contabilização dos contratos de concessão	6.241	4.119	2.805	1.852
Total dos ajustes ao resultado	6.241	4.119	2.805	1.852
De acordo com o BR GAAP Reapresentado	7.558	4.988	(6.316)	(4.180)
<u>Fluxo de caixa</u>				

	Em 30/09/2010 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			Em 30/09/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP Anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP Reapresentado	BR GAAP Anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	51.903	-	51.903	4.624	-	4.624
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(85.876)	-	(85.876)	(211.094)	-	(211.094)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(43.207)	-	(43.207)	217.060	-	217.060

Notas às reconciliações

A data de transição definida para fins de preparação das informações trimestrais em conformidade com os pronunciamentos contábeis foi 31 de dezembro de 2009. A Companhia preparou a reconciliação do patrimônio líquido e do resultado refletindo todos os ajustes requeridos pelas normas, sendo as principais, refletidas nos quadros anteriores, as seguintes:

a) ICPC 01 - Contratos de Concessão

Refere-se aos ajustes da ICPC 01, equivalente à interpretação técnica IFRIC 12 - Contratos de Concessão, em que foram considerados o estorno da amortização local, a amortização pela curva de tráfego, o registro da provisão para manutenção das obras, a reclassificação dos itens de concessão para o ativo intangível, o registro da receita de construção e respectivos custos atrelados, bem como os impactos dos impostos sobre tais ajustes.

b) Depósitos judiciais

De acordo com os CPC, os depósitos judiciais são apresentados como um ativo por não atenderem aos requerimentos para compensação entre ativos e passivos.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Referem-se ao registro dos impostos diferidos sobre os ajustes aplicáveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Caixa e bancos-		
Em moeda nacional	800	2.608
Aplicações financeiras-		
Certificados de Depósito Bancário - CDB (*)	<u>2.687</u>	<u>78.059</u>
	<u>3.487</u>	<u>80.667</u>

(*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

6. CLIENTES

Representados substancialmente por valores a vencer de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Pedágio eletrônico	7.408	6.258
Cupons de pedágio	(99)	365
Outros	<u>563</u>	<u>55</u>
	<u>7.872</u>	<u>6.678</u>

Em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
A vencer	<u>7.872</u>	<u>6.678</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>30/09/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	200	804
Outros impostos a recuperar	<u>13</u>	<u>-</u>
	<u>213</u>	<u>804</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo das despesas antecipadas em 30 de setembro de 2010 é de R\$2.030 (R\$3.036 em 31 de dezembro de 2009) e é composto por prêmios de seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 26).

9. IMOBILIZADO

	Hardware e equipamentos de pedagógico	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos e edificações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	9.531	77	433	14	1.936	11.991
Adições	2.236	3	64	195	-	2.498
Baixas	-	-	-	-	(372)	(372)
Transferências	-	-	-	-	(1.456)	(1.456)
Depreciação	(567)	(2)	(12)	-	(2)	(583)
Saldo em 31 de março de 2010	<u>11.200</u>	<u>78</u>	<u>485</u>	<u>209</u>	<u>106</u>	<u>12.078</u>
Adições	1.178	212	37	8	-	1.435
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	42	42
Depreciação	(635)	(4)	(13)	-	(2)	(654)
Saldo em 30 de junho de 2010	<u>11.743</u>	<u>286</u>	<u>509</u>	<u>217</u>	<u>146</u>	<u>12.901</u>
Adições	3.283	-	7	-	-	3.290
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	66	66
Depreciação	(692)	(7)	(14)	(18)	(10)	(741)
Saldo em 30 de setembro de 2010	<u>14.334</u>	<u>279</u>	<u>502</u>	<u>199</u>	<u>202</u>	<u>15.516</u>
Taxas anuais de depreciação (%)	20,0	10,0	10,0	17,6	-	

A Administração da Companhia, com base em laudos internos de engenharia, entende que seus ativos estão registrados próximos ao custo atribuído. Por esse motivo, não se constatou necessidade de reavaliar os valores dos ativos da Companhia.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Em 30 de setembro de 2010, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos ou de processos de qualquer natureza

10. INTANGÍVEL

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>593.796</u>	-	<u>319</u>	<u>594.115</u>
Adições	7.125	32.639	106	39.870
Transferências	32.394	(30.938)	-	1.456
Amortização	(3.085)	-	(17)	(3.102)
Saldo em 31 de março de 2010	<u>630.230</u>	<u>1.701</u>	<u>408</u>	<u>632.339</u>
Adições	25.512	170	145	25.827
Transferências	-	-	(42)	(42)
Baixas	-	(1.000)	-	(1.000)
Amortização	(3.181)	-	(23)	(3.204)
Saldo em 30 de junho de 2010	<u>652.561</u>	<u>871</u>	<u>488</u>	<u>653.920</u>
Adições	12.748	207	1	12.956
Transferências	-	-	(66)	(66)
Baixas	-	-	-	-
Amortização	(3.373)	-	(29)	(3.402)
Saldo em 30 de setembro de 2010	<u>661.936</u>	<u>1.078</u>	<u>394</u>	<u>663.408</u>
Taxas anuais de depreciação (%)	(*)	-	5,0	-

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão

para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no ativo imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das perdas tributárias e cíveis e dos eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>30/09/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis		-
Provisão para manutenção/obras futuras	4.664	(1.291)
Prejuízos fiscais	(3.452)	2.533
Outros	=	<u>38</u>
	<u>1.212</u>	<u>1.280</u>
Ativo diferido	5.686	2.936
Passivo diferido	<u>(4.474)</u>	<u>(1.656)</u>
	<u>1.212</u>	<u>1.280</u>

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2009</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(276)	5
Imposto de renda diferido	<u>(1.130)</u>	<u>1.565</u>
	<u>(1.406)</u>	<u>1.570</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(758)	2
Contribuição social diferida	<u>(406)</u>	<u>564</u>
	<u>(1.164)</u>	<u>566</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2009</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	7.558	(6.316)
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(2.570)	2.147
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>-</u>	<u>(11)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(2.570)</u>	<u>2.136</u>

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30/09/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	722	842
Cofins	436	402
PIS	94	87
Outros	<u>377</u>	<u>242</u>
	<u>1.629</u>	<u>1.573</u>

13. NOTAS PROMISSÓRIAS

<u>Credores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Itaú	Nacional	Junho de 2010	CDI + 3,25% a.a.	<u>361.382</u>	<u>351.756</u>

Em 28 de maio de 2010, a Ecopistas realizou a distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 35 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$10.000, perfazendo o valor total de R\$350.000, com vencimento em 180 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 1,2% ao ano. Em garantia das notas promissórias, a Ecopistas cedeu os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios.

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros que são avaliados através de sua avalista e controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., a manutenção dos índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$800.000. Com relação à Ecopistas, a Companhia deverá manter os índices financeiros maiores que 5,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e a relação do resultado financeiro líquido com o EBITDA menor que 1,35 ponto. Em 30 de setembro de 2010, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno – TIR da transação está destacada a seguir:

	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Notas promissórias	14/06/2010	350.000	(1.743)	348.257	1,20% + CDI	12%

14. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de setembro de 2010, os saldos relativos a operações com empresas relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balço patrimonial</u>	<u>Natureza</u>	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
		<u>Imobilizado</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	
Consórcio Planalto (a)	Outras partes relacionadas	52.299	64	-	
CR Almeida S.A. Engenharia e Obras (b)	Outras partes relacionadas	-	87	-	
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	-	557		25.000
Total em 30 de setembro de 2010		<u>52.299</u>	<u>708</u>		<u>25.000</u>
Total em 31 de dezembro de 2009		<u>3.727</u>	<u>265</u>		<u>-</u>

<u>Demonstração do resultado</u>	<u>Natureza</u>	<u>Ativo</u>	
		<u>Custos dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	2.838	2.562
Total em 30 de setembro de 2010		<u>2.838</u>	<u>2.562</u>
Total em 30 de setembro de 2009		<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) O Consórcio Planalto, formado pelas empresas relacionadas à controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$54.625, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de setembro de 2010, há um saldo de R\$5.598 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem a atualização monetária e não foram concedidas garantias aos credores.

- (b) A C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., empresa relacionada à controladora indireta da Companhia, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$5.370, o término do contrato foi em fevereiro de 2010 e os saldos em aberto referem-se a título de caução. Em 30 de setembro de 2010, há um saldo de R\$286 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem a atualização monetária e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$7.200, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No semestre findo em 30 de setembro de 2010, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia em R\$563.

A Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Ordinária - AGO dentro dos primeiros quatro meses de 2011, para, entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser findo em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para o valor de R\$607, o qual foi efetivamente pago e refletido nas informações trimestrais. A diferença entre o valor aprovado e o valor efetivamente pago deu-se em virtude do pagamento de remuneração adicional de “performance”.

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2009</u>
Salários e ordenados	271	176
Benefícios diretos e indiretos	<u>238</u>	<u>-</u>
	<u>509</u>	<u>176</u>

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, sendo ajustados a valor presente com a taxa de 10,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem a cada cinco anos.

Os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>30/9/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	3.528	1.117
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(937)</u>	<u>(351)</u>
	<u>2.591</u>	<u>766</u>
Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>2.591</u>	<u>766</u>

16. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 10,73% ao ano.

Em 30 de setembro de 2010, o saldo é de R\$11.127 (R\$10.298 em 31 de dezembro de 2009) e está demonstrado a seguir:

	<u>30/09/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.270	13.270
Ajuste a valor presente	<u>(2.143)</u>	<u>(2.972)</u>
	<u>11.127</u>	<u>10.298</u>
Circulante	<u>4.558</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>6.569</u>	<u>10.298</u>

17. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>30/09/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Parcelas fixas	86.933	308.097
Parcelas variáveis	<u>436</u>	<u>402</u>
	<u>87.369</u>	<u>308.499</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2010, o capital social subscrito de R\$191.725 é representado por 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e a composição acionária é conforme segue:

Eventos societários

Em 27 de abril de 2009, quando da constituição da Companhia, o capital social foi integralizado em R\$1,00, correspondente a 1.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 4 de junho de 2009, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$85.945, correspondente a 85.945.000 ações ordinárias,

nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$85.946, correspondente a 85.946.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O saldo foi integralizado durante o exercício de 2010.

Em 31 de maio de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$19.779, correspondente a 19.779.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$105.725, correspondente a 105.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 11 de junho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$34.000, correspondente a 34.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$139.725, correspondente a 139.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de julho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$24.500, correspondente a 24.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$164.225, correspondente a 164.225.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$27.500, correspondente a 27.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$191.725, correspondente a 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Os aumentos de capital foram subscritos e totalmente integralizados pela acionista EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social, até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

19. RECEITA LÍQUIDA

	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2009</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	59.465	18.177
Pedágio por equipamento eletrônico	56.350	13.437
Vale-pedágio e pedágio em cupons	<u>3.192</u>	<u>773</u>
	119.007	32.387
Receita de construção	76.923	4.339
Receitas acessórias (*)	<u>7.154</u>	<u>766</u>
	84.077	5.105
Receita bruta	203.084	37.492
Deduções da receita	<u>(10.868)</u>	<u>(2.850)</u>
Receita líquida	<u>192.216</u>	<u>34.642</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, publicidade, implantação e concessão de acessórias.

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2009</u>
Pessoal	11.854	4.335
Conservação e manutenção	7.215	2.104
Serviços de terceiros (*)	13.463	6.073
Seguros	3.313	1.623
Poder Concedente	3.785	995
Provisão para manutenção	1.761	437
Custos com construção	76.923	4.339
Depreciação e amortização	11.686	1.968
Outros	<u>7.122</u>	<u>1.499</u>
	<u>137.122</u>	<u>23.373</u>

Classificados como:

Custo dos serviços prestados	123.536	16.657
Despesas gerais e administrativas	<u>13.586</u>	<u>6.716</u>
	<u>137.122</u>	<u>23.373</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2009</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.090	1.707
Outras	<u>97</u>	<u>-</u>
	1.187	1.707
Despesas financeiras:		
Juros sobre notas promissórias	(29.852)	(6.771)
Variação monetária sobre direito de outorga	(16.334)	(9.317)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - ICPC 01	(891)	(571)
Amortização de custos	(1.016)	(1.612)
Outras	<u>(411)</u>	<u>(1.021)</u>
	<u>(48.504)</u>	<u>(19.292)</u>
Resultado financeiro	<u>(47.317)</u>	<u>(17.585)</u>

22. LUCRO POR AÇÃO

	<u>30/09/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro básico por ação das operações	<u>0,03</u>	<u>(0,06)</u>
a) Prejuízo básico por ação		

O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

	<u>30/09/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro/(Prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários Da Companhia e utilizado na apuração do lucro (prejuízo) básico por ação	4.988	(2.477)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>191.725</u>	<u>43.640</u>
b) Lucro básico diluído		

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

23. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 30 de setembro de 2010, a participação nos lucros e resultados foi de R\$141, a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo risco de câmbio e de taxa de juros), de crédito e de liquidez, e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação

estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas estratégicas definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas e define limites percentuais de alocação de recursos e de valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São classificadas como mantidas para negociação. Em 30 de setembro de 2010, as aplicações financeiras são formadas por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 100,8% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Notas promissórias: registradas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais acrescidos dos custos das transações, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2010 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	7.872	7.872
Aplicações financeiras	2.687	2.687
Passivos:		
Notas promissórias	361.382	363.019
Credor pela concessão	87.369	88.347
Fornecedores	5.663	5.663

a) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e notas promissórias de curto e longo prazos.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem em clientes.

A Companhia e suas controladas vêm aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de “rating”, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

c) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

e) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de “performance”.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das notas promissórias contratadas pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Notas promissórias	Alta do CDI	8.119	9.761	11.443
Credor pela concessão	Alta do IPCA	<u>739</u>	<u>821</u>	<u>902</u>
		<u>8.858</u>	<u>10.582</u>	<u>12.345</u>

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	10,64%	13,30%	15,96%
IPCA (b)	4,51%	5,63%	6,76%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 30 de setembro de 2010.

(b) Refere-se ao índice do IPCA em 30 de setembro de 2010.

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 30 de setembro de 2010, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$36, registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

26. SEGUOS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão.

Em 30 de setembro de 2010, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Junho de 2010 a Junho de 2011	150.506
Responsabilidade civil	Junho de 2010 a junho de 2011	55.334
Riscos de engenharia	Junho de 2010 a junho de 2011	89.897

27. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba - SP: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.

- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/09/2010</u>
Receita de construção	76.923
Custos de construção	<u>(76.923)</u>
	<u> -</u>

Em 30 de setembro de 2010, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$322.073 (R\$391.703 em 31 de dezembro de 2009).

28. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

Em 30 de setembro de 2010, existe transação sem efeito caixa, referente ao direito de outorga de R\$58.925, ainda não paga.

29. DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS - DVA

<u>Descrição</u>	<u>30.09.10</u>	<u>30.09.09</u>
RECEITAS	203.083	37.492
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	203.083	37.492
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	113.580	17.070
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	105.205	12.119
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	8.375	4.951
VALOR ADICIONADO BRUTO	89.503	20.422
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	11.686	1.968
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	77.817	18.454
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.191	1.707
Receitas financeiras	1.187	1.707
Outras	4	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	79.008	20.161
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	79.008	20.161
Pessoal	11.854	4.335
Remuneração direta	9.762	3.553
Benefícios	1.696	650
FGTS	396	132
Impostos, taxas e contribuições	13.663	714
Federais	7.400	(926)
Municipais	6.263	1.640
Remuneração de capitais de terceiros	48.504	19.292
Juros	30.540	6.780
Outras	17.964	12.512
Remuneração de Capitais Próprios	4.987	(4.180)
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	4.987	(4.180)

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os aumentos de capital foram subscritos e totalmente integralizados pelo acionista EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

31. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 23 de setembro de 2010 e para reemissão em 16 de novembro, em 14 de fevereiro de 2011 e em 9 de maio de 2011, pelas razões apresentadas na nota explicativa nº 31.

32. REAPRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR

As presentes informações trimestrais foram emitidas em 24 de setembro de 2010. Elas foram reapresentadas em 16 de novembro de 2010 para contemplar informações adicionais e correções às notas explicativas nº 14 e nº 24.d) e foram novamente reapresentadas em 14 de fevereiro de 2011 para contemplar informações adicionais e correções à nota explicativa nº 14 e estão novamente sendo reapresentadas em 9 de maio de 2011 para adequação das informações trimestrais de acordo com a aplicação dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC.

Ecopistas anuncia resultados do 3T10 e 9M10: *Margem EBITDA no 3T10 de 46,6%*

Itaquaquecetuba, 06 de maio de 2011 – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. anuncia seus resultados referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 (9M10) e terceiro trimestre de 2009 (3T10). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 e terceiro trimestre de 2009 (3T10). O início das operações da concessionária se deu em 18 de junho de 2009.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida no 9M10 foi de R\$192.216.

Destques (em milhares de reais – R\$)	3T10	3T09	Var.	9M10	9M09	Var.
Tráfego Total – milhares de eixos equivalentes	18.598	8.401	n.m	50.087	9.391	n.m
Tarifa Média ¹	2,30	3,44	-33,2%	2,38	3,45	-31,1%
Receita líquida	53.681	31.442	70,7%	192.216	34.642	n.m
Lucro bruto	25.026	15.792	58,5%	68.680	17.985	n.m
EBIT ²	20.847	9.554	118,2%	55.094	11.269	n.m
Lucro (prejuízo) do período	4.335	(4.037)	-213,7%	4.988	(4.180)	n.m
EBITDA ³	24.990	11.750	121,3%	66.780	13.237	n.m.
Margem EBITDA	46,6%	37,4%	9,2 p.p.	34,7%	38,2%	0,5 p.p
Capex	16.246	9.143	77,7%	85.876	9.265	n.m
Dívida Líquida	-	-	-	357.895	-	n.m.

¹ Início das operações em 18 de junho de 2009.

² em Reais

³ EBIT = Receita Líquida - Custo dos Serviços Prestados - Desp. Gerais e Administrativas

⁴ EBITDA = EBIT + Depreciação & amortização

02241-1 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

A Ecopistas é responsável pela administração do corredor rodoviário Ayrton Senna-Carvalho Pinto, uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão. Esta nova concessão está alinhada com a nossa estratégia de sermos um grupo atuante na área de infraestrutura logística.

ANÁLISE DO RESULTADO

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou no 9M10 totalizou R\$203.084 mil.

Receita Bruta (R\$ milhares)	3T10	3T09	9M10	9M09
Receitas de pedágio	42.749	28.923	119.007	32.387
Receita de construção ICPC 01	12.907	4.332	76.923	4.339
Receitas acessórias	1.872	735	7.154	766
Total	57.528	33.990	203.084	37.492

No 9M10, a receita com arrecadação de pedágio correspondeu a 58,6% da receita bruta.

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

02241-1 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A receita de construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, no valor de R\$ 76,9 milhões no 9M10, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

TRÁFEGO

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, em quantidade de veículos e de eixos equivalentes, ocorrido na concessionária no 9M10.

Volume de Tráfego						
(nº de veículos pagantes)	3T10	3T09	Var.	9M10	9M09	Var.
Passeio	12.540	4.678	168,1%	29.285	5.329	n.m
Comercial	1.734	1.067	62,5%	4.306	1.175	n.m
Total	14.274	5.745	148,5%	33.591	6.504	n.m
Eixos equivalentes						
(pagantes)						
Passeio	12.793	4.779	167,7%	33.063	5.442	n.m
Comercial	5.805	3.622	60,3%	17.024	3.949	n.m
Total	18.598	8.401	121,4%	50.087	9.391	n.m

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Em relação ao tráfego total em eixos equivalentes, 66,0% corresponderam ao tráfego de veículos de passeio e 34,0% corresponderam aos veículos comerciais no 9M10.

02241-1 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

TARIFA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente:

Tarifa Média (em R\$/)	3T10	3T09	Var.	9M10	9M09	Var.
Ecopistas	2,30	3,44	-33,14%	2,38	3,45	-31,01%

Nota: o cálculo da Tarifa Média é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas nos 9M10 totalizou R\$137.122, 71,3% sobre a receita líquida.

Custos operacionais e despesas administrativas (milhares)	3T10	3T09	%	9M10	9M09	%
Pessoal	3.828	3.410	12,3%	11.854	4.335	173,4%
Conservação e manutenção	2.179	1.991	9,4%	7.215	2.104	242,9%
Serviços de terceiros	4.240	5.939	-28,6%	13.463	6.073	121,7%
Seguros	993	1.415	-29,8%	3.313	1.623	104,1%
Poder Concedente	1.339	891	50,3%	3.785	995	n.m
Provisão para manutenção	587	328	79,0%	1.761	437	n.m
Custos com construção	12.907	4.332	197,9%	76.923	4.339	n.m
Depreciação/Amortização	4.143	2.196	88,7%	11.686	1.968	n.m
Outros	2.618	1.386	88,9%	7.120	1.499	n.m
TOTAL	32.834	21.888	50,01%	137.122	23.373	n.m

() Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.*

02241-1 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

EBITDA

O EBITDA (receita líquida – custos dos serviços prestados – despesas gerais e administrativas + depreciação) no 9M10 atingiu R\$66.780 com margem de 34,7%.

EBTIDA (milhares de R\$)	3T10	3T09	Var.	9M10	9M09	Var.
Lucro/Prejuízo do período	4.335	(4.037)	-213,7%	4.988	(4.180)	-219,4%
Imposto de Renda e Contrib.Social	2.031	(2.043)	-104,9%	2.570	(2.136)	78,3%
Resultado Financeiro	14.257	15.634	-19,0%	47.317	17.585	169,1%
Outras despesas e Receitas Líquidas	1	-	n.m	(4)	-	n.m
Depreciação e Amortização	4.143	2.196	138,1%	11.686	1.968	n.m
EBTIDA	24.990	11.750	121,3%	66.780	13.237	n.m
Margem EBITDA	46,6%	35,9%	0,11 p.p	34,7%	38,2%	0,5 p.p

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 9M10 foi negativo em R\$43.317, sendo que 64,5% referem-se aos juros apropriados e 34,3% referente à variação monetária sobre o direito de outorga.

Resultados financeiro (milhares de R\$)	3T10	3T09	%	9M10	9M09	%
Juros sobre debêntures	-	1.124	-	-	-	-
Juros sobre financiamentos	(11.211)	(6.771)	55,9%	(30.540)	(6.771)	351,0%
Variação monetária debêntures e financiamentos	97	-	-	97	-	-
Variação monetária sobre direito de outorga	(2.460)	(8.856)	-71,5%	(16.334)	(9.317)	75,3%
Ajuste a valor presente ICPC01	(296)	(428)	-30,7%	(890)	(571)	55,9%
Receita sobre aplicação financeira	154	1.540	-92,0%	1.090	1.707	-36,1%
Outros efeitos financeiros	(541)	(2.243)	-122,4%	(740)	(2.633)	(0,72)
TOTAL	(14.257)	(15.634)	-19,0%	(47.317)	(17.585)	169,1%

02241-1 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de setembro de 2010, a dívida líquida da Companhia somou R\$357.895 superior em 89,9% comparado ao mesmo período anterior.

Credores (R\$)	9M10	9M09	Taxas Atuais	Vencimento
4ª Emissão de Notas Promissórias	361.382	199.077	CDI + 1,2% a.a.	dez-10
Dívida Total	361.382	199.077		
Caixa e equivalentes de caixa	3.487	10.590		
Dívida Líquida	357.895	188.487		

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados na Companhia no 9M10 totalizaram R\$85.876, e são representados principalmente por serviços de pavimento executados pela concessionária.

CAPEX (milhares de R\$)	3T10	3T09	9M10	9M09
Capex	16.246	9.143	85.876	9.265

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

As informações no comentário de desempenho no trimestre sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Disclaimer

Estas informações e declarações contêm considerações futuras referentes às perspectivas de negócios, que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais considerações refletem as crenças e perspectivas de nossa Administração e a informações que a Companhia possui acesso. As declarações sobre o futuro não são garantias de desempenho e as condições dependem, sobretudo, das condições econômicas, de mercado, políticas governamentais e fatores operacionais. Portanto, os resultados futuros das empresas do grupo poderão diferir significativamente das atuais expectativas.

02241-1 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

A seguir informações sobre a quantidade das ações ordinárias detidas por acionistas titulares de 5,0% ou mais de nossas ações, incluindo conselheiros e outros acionistas.

POSIÇÃO ACIONÁRIA						
Companhia: Concessionária das Rod. Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A-Ecopistas					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A	191.725.000	100%	-	-	191.725.000	100%
Total	191.725.000	100,0	-	-	191.725.000	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA						
Companhia: EcoRodovias Concessões e Serviços S.A					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A	435.669.000	100,00	-	-	435.669.000	100,00
					0	
Total	435.669.000	100,00	-	-	435.669.000	100

02241-1 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: EcoRodovias InfraEstrutura e Logística S.A					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Primav Construções e Serviços S.A.	251.351.396	44,99	-	-	251.351.396	44,99
Impregilo International Infrastructures. N.V *	163.344.673	29,24	-	-	163.344.673	29,24
Free Float	144.003.000	25,77	-	-	144.003.000	25,77
Outros Acionistas	11	0,00	-	-	11	0,00
Total	558.699.080	100	-	-	558.699.080	100

* Companhia sediada no exterior item facultativo de abertura até o nível de pessoa física.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Primav Construções e Serviços S.A.					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CR Almeida S.A - Engenharia e Construções	1.200.178.639	99,0	-	-	1.200.178.639	99,0
Outros	492	1,0	-	-	492	1,00
Total	1.200.179.131	100	-	-	1.200.179.131	100

02241-1 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

CR Almeida S.A. – Engenharia e Construções

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
CR Almeida S.A - Engenharia e Construções						
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Ações de Fruição	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Participare Administração e Participações Ltda.	18.130.003	70,0	-	-	6.370.000	70,000
Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A.	7.769.994	30,0	-	-	2.730.000	30,0
Belmiro Valverde Jobim Castor	1	0,0	-	-	-	-
Francisco Henrique P. Fernandes	1	0,0	-	-	-	-
Marco Antonio Cassou	1	0,0	-	-	-	-
Cecílio do Rego Almeida	-	-	1	13	-	-
Cesar Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Denise Beltrão de Almeida Cassou	-	-	1	13	-	-
Guilherme Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Marcelo Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Ricardo Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Roberto Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Rosa Maria Beltrão Rischbieter	-	-	1	13	-	-
Total	25.900.000	100	8	100	9.100.000	100

02241-1 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Participare Administração e Participações Ltda.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Participare Administração e Participações Ltda					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Espólio de Cecílio do Rego Almeida	2.115.602.218	34,63	-	-	2.115.602.218	34,6
Denise Beltrão de Almeida Cassou	997.165.426	16,32	-	-	997.165.426	16,3
Roberto Beltrão de Almeida	997.165.426	16,32	-	-	997.165.426	16,3
Cesar Beltrão de Almeida	997.165.426	16,32	-	-	997.165.426	16,3
Marcelo Beltrão de Almeida	997.165.426	16,32	-	-	997.165.426	16,3
Guilherme Beltrão de Almeida	126	0,00	-	-	126	0,0
Ricardo Beltrão de Almeida	126	0,00	-	-	126	0,0
Fribourg Investments Corp.	4.513.617	0,07	-	-	4.513.617	0,1
Total	6.108.777.791	100	-	-	6.108.777.791	100

02241-1 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Rosa Maria Beltrão Rischbieter	92.312.558	4,00	-	-	92.312.558	4,0
Guilherme Beltrão de Almeida	738.500.539	32,00	-	-	738.500.539	32,0
Denise Beltrão de Almeida Cassou	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Roberto Beltrão de Almeida	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Cesar Beltrão de Almeida	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Marcelo Beltrão de Almeida	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Ricardo Beltrão de Almeida	738.500.539	32,00	-	-	738.500.539	32,0
Total	2.307.814.400	100	-	-	2.307.814.400	100

02241-1 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

A seguir informações consolidadas sobre a participação direta e indireta dos grupos de Acionista Controlador, Membros do Conselho de Administração e Diretores posição 30 de setembro de 2010.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Acionista	Posição em 30/09/2010					
	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas (Em Unidades)	%	Quantidade de Preferências/Cotas (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	414.696.069	74,23	-	-	414.696.069	74,23
Administradores						
Conselho de Administração	10	0,00	-	-	10	0,00
Diretoria	91.577	0,02	-	-	91.577	0,02
Conselho Fiscal ⁽¹⁾	-	0,00	-	-	-	0,00
Outros Acionistas	143.911.424	25,76	-	-	143.911.424	25,76
Total	558.699.080		-		558.699.080	
Ações em Circulação	143.911.424	100	-	-	143.911.424	100

(1) O Conselho Fiscal, constituído por 3 (três) membros e igual número de suplentes, funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembléia Geral ou a pedido de acionista, nos termos da lei.

A seguir informações sobre a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem:

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

São Paulo – SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e o relatório de desempenho e as notas explicativas elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas, para que estas estejam de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
4. Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nessas informações para que as mesmas esteja de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

02241-1 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, as Informações Trimestrais – ITR, originalmente apresentadas em 5 de novembro de 2010, estão sendo reapresentadas conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09 (alterada pela Deliberação CVM nº 656/11) para contemplar os efeitos dos novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência em 2010. Os efeitos da adoção dessas normas estão apresentados na referida nota explicativa.

São Paulo, 10 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02241-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	3 - CNPJ 10.841.050/0001-55
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010	11
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010	12
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	13
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	50
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	57
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	63/64